

**EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL****OCUPAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO NO BAIRRO CAPUCHO  
EM ARACAJU: (Re) produção espacial a luz do Serviço Social****OCCUPATION OF THE ADMINISTRATIVE CENTER IN THE CAPUCHO  
NEIGHBORHOOD IN ARACAJU: (Re) spatial production in the light of Social  
Service****Marília dos Santos Cerqueira<sup>1</sup>****RESUMO**

Neste artigo, contém uma pesquisa transversal de cunho quali-quantitativo com abordagem exploratório-descritiva que está sendo desenvolvida frente ao trabalho de campo na ocupação do centro administrativo em Aracaju. No contexto de luta de classe, a pesquisa é desenvolvida para dialogar com a distribuição e (Re)produção do espaço geográfico e suas contradições, identificar a relação do serviço social na viabilização de direitos, identificação das desigualdades espaciais e políticas públicas. A abordagem será feita a partir de análise via leituras e análises críticas de ideias trabalhadas, com formas subjetiva, objetivas e valorativas, em uma construção de interpretação de textos e números, utilizando-se o foco na investigação sobre a formação da comunidade. O método em proposição é o Materialismo Histórico e Dialético, pois para compreender a dinâmica reprodução socioespacial em Aracaju e, em específico, a Ocupação do Centro Administrativo, é necessário analisar o processo histórico do todo, isto é, como os contextos materiais das relações sociais influenciam nas ações combinadas, avaliando sobre as contradições e transformações da sociedade, detendo relação do sujeito com o objeto, assim como atuar na tese histórico-crítica considerando fatores econômicos e políticos históricos desenvolvido pelo sistema capitalista monopolista.

**Palavras-chave:** reprodução socioespacial; serviço social; direitos.**ABSTRACT**

This article contains a cross-sectional qualitative-quantitative research with an exploratory-descriptive approach that is being developed in light of fieldwork in the occupation of the administrative center in Aracaju. In

<sup>1</sup> Mestranda no programa de pós-graduação em serviço social- pross pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: mariliacerqueira09@gmail.com

the context of class struggle, the research is developed to dialogue with the distribution and (Re)production of geographic space and its contradictions, identify the relationship of social services in enabling rights, identify spatial inequalities and public policies. The approach will be based on analysis via readings and critical analyzes of worked ideas, with subjective, objective and evaluative forms, in a construction of interpretation of texts and numbers, using the focus on research into the formation of the community. The proposed method is Historical and Dialectical Materialism, because to understand the dynamic socio-spatial reproduction in Aracaju and, specifically, the Occupation of the Administrative Center, it is necessary to analyze the historical process as a whole, that is, how the material contexts of social relations influence the combined actions, evaluating the contradictions and transformations of society, maintaining the relationship between the subject and the object, as well as acting on the historical-critical thesis considering historical economic and political factors developed by the monopoly capitalist system.

**Keywords:** socio-spatial reproduction; social service; rights.

## 1 INTRODUÇÃO

No processo de desenvolvimento “desigual e combinado” (Trotsky, 1998) da chamada “modernização do Brasil”, a urbanização desordenada, associada à reprodução do espaço urbano, acumula capital nas mãos dos proprietários dos meios de produção. Como resultado disso, surgem as mazelas criadas pelo capital.

A Ocupação do Centro Administrativo, identificada pela sigla “OCA”, é composta por 65 famílias ocupantes do terreno localizado no bairro Capucho, residem há mais de 22 anos, devido à situação de vulnerabilidade social, desemprego, subemprego e falta de moradia. O terreno é de propriedade pública estadual, que não cumpria função social, tornando-se assim ponto de conflito entre as classes. Como Bellini e Stephan (2015, p.44) afirmam “[...] faz emergir novas desigualdades sócio-espaciais, a competitividade e a fragmentação territorial.”

Nesse sentido, pode-se destacar os riscos sociais, e como o Serviço Social pode contribuir para o fortalecimento da viabilização de garantia de direitos, visto que Marques e Moro (2011, p.14) afirmam que, “[...] busca-se identificar a atuação dessa profissão sobre a temática, reconhecendo os âmbitos nos quais ocorre: a dimensão teórico-conceitual, político-organizativa e da prática profissional”.

De acordo com a Mapografia Social do Município de Aracaju (PMA, 2019), o valor dos rendimentos dos residentes do bairro Capucho é utilizado como indicador de pobreza, e o documento também faz recorte com base na raça e na divisão espacial. Assim, o relatório

apresenta a distribuição relativa e absoluta de 66% de pessoas negras (pretas/pardas), o que auxilia na compreensão da distribuição espacial e na concentração de grupos étnicos em áreas afastadas dos centros urbanos.

Com isso,

Os bairros com maior concentração de pessoas de cor preta/parda estão localizados na periferia da cidade: Santa Maria, Porto Dantas, Palestina, Japãozinho, Cidade Nova, Industrial, Lamarão, Jardim Centenário, Olaria, Capucho e América. (PMA, 2019, p.15).

Dessa forma, o bairro Capucho se configura como uma área empobrecida por apresentar característica da população resultante de diversos fatores sociais e estruturais. No bairro, existe em média 956 moradores, de acordo com a tabela de 2010 do IBGE, apresentada pela Secretaria Municipal de Fazenda do Estado de Sergipe. Portanto, o descaso em relação à Ocupação do Centro Administrativo é resultado da relação entre o capital *versus* trabalho, o que culmina nas expressões da questão social. De acordo com Yamamoto (1983), a questão social são expressões resultantes do processo de formação e desenvolvimento da classe operária participando do cenário político, consciente de direitos, exige seu reconhecimento como classe constituinte do Estado.

Compreendendo que as expressões da questão social são as manifestações da vida social e do cotidiano, é de suma importância destacar que classe, raça e gênero são fatores que afetam diretamente os indivíduos que sofrem as mazelas do capital, decorrentes do sistema lucrativo. Cabe-nos aprofundar os esforços de pesquisa para elucidar as conexões entre a questão social e a questão racial, uma vez que, ambas têm a mesma origem: a sociabilidade construída a partir do capitalismo racista. (Assis, 2022).

Em Sergipe, de acordo com Pinto (2020), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que, em 2020, haviam 989 mil pessoas vivendo em situação de pobreza no Estado. Destes, ao menos 21% da população reside em habitações com problemas estruturais. No mesmo ano, Aracaju ocupou a terceira posição nacional com maior índice de desigualdade social.

Logo, o problema urbano, o aumento da vulnerabilidade social, a violência e a criminalização dos moradores de periferias e ocupações também apresentam dimensão racial e representam uma ameaça à classe burguesa, que controla a reprodução do espaço.

Para Theodoro,

As favelas no século XXI sintetizam, do ponto de vista da distribuição espacial, o processo de consolidação da sociedade desigual. Morada de pobres e negros, esses locais se tornaram cada vez mais afetos à presença de atividades ilícitas e uma rotina marcada por conflitos violentos. (Theodoro, 2021, P.264).

Por isso, é fundamental compreender as divisões de classes no contexto espacial, assim como o controle e a segregação territorial em áreas urbanas existentes na luta de classes. Nesse sentido, cumpre evidenciar que o/a Assistente social está inserido na divisão social e técnica do trabalho, desempenhando um papel essencial na abordagem com usuários afetados diretamente pela ausência da moradia e déficit habitacional. (Santos, 2018).

O estudo se justifica com base na contribuição de Negri (2008) que apresenta a caracterização das desigualdades socioeconômicas e espaciais existentes no Brasil, resultante do sistema capitalista, possuindo uma lógica excludente e coerente com o Capital. Detendo da reprodução das problemáticas e aspectos que envolvem os ocupantes da Ocupação do Centro Administrativos, assim como as negligências do Estado e as violações de direitos.

Nesse sentido, precisa-se compreender todo processo social, estrutural, habitacional do movimento social, executando “ações que visam o fortalecimento dos mesmos no processo de luta de classes, com vistas à emancipação.” (Freitas, 2017, P.90). Dispondo de posicionamento a favor da equidade e justiça social, assim como o exercício do serviço social sem discriminar e sem ser discriminado, (CFESS, 1993).<sup>1</sup> A relevância social deste projeto de pesquisa reside no fim de em fomentar os estudos acerca da sociedade civil em razão de contribuir com a dignidade humana, justiça social, viabilização de direitos.

Pode-se afirmar que a análise de cunho pensamento crítico contribuirá com as novas pesquisas no Serviço social, na divisão social do trabalho face aos problemáticas sociais. Assim como, contribuir para o avanço da ciência, possibilitando amplificar as discussões, seminários, pesquisas e entre outros avanços para centralizar e ampliar o debate da reprodução espacial no sistema capitalista, relações sociais, movimento social e o serviço social. Tal qual, responder e deixar explicitado a sociedade, indivíduos e grupos da comunidade os impactos da sistematização, combinação e ausência de planejamento do crescimento urbano desordenado e a viabilização de direitos.

Portanto, categoria profissional necessita compreender a notoriedade da discussão sobre a defesa da existência do planejamento urbano essencial para a viabilidade dos demais direitos.

## **2 OCUPAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO: O EXERCÍCIO DO DIREITO À MORADIA FRENTE A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

Com o advento do desenvolvimento capitalista e a exploração da mão-de-obra humana como sua base, a consolidação da urbanização em 1930 ocorreu por meio do processo de "modernização" do Brasil. Como afirma Maricato (1995), o processo de surge na industrialização:

Período que vai de 1930 a 1980, caracterizado pelo intenso processo de industrialização e urbanização, com a forte intervenção estatal na vida econômica e política, mereceu algumas referências numéricas com a finalidade de evidenciar tanto o crescimento econômico quanto a concentração das riquezas, com evidente reflexo na construção das cidades. (Maricato, 1995, P.5).

Nessa esfera, observa-se que a organização capitalista, que teve como gênese a escravização, estruturando novas bases na produção e no consumo para a manutenção do sistema, bem como na dominação da classe trabalhadora. O fundamento da produção capitalista afeta diversas camadas da sociedade, e, como Mézáros (2011, p.96) destaca, "o sistema capitalista não é uma entidade material ou um mecanismo; ele é uma forma incontrolável de controle sociometabólico".

Com isso, esse processo resulta na reprodução da força de trabalho no espaço urbano, principalmente durante o período de reestruturação produtiva (acumulação flexível), o que gera transformações na malha urbana. Nesse sentido, Costa (2016, p.115) afirma que "[...] a reestruturação produtiva possui uma dimensão espacial que vem provocando significativas modificações nos padrões de produção e que afeta diretamente o espaço urbano".

É nesse momento que as cidades passam a ter um crescimento bastante acelerado, tendo a verticalização como um dos elementos mais importantes na (re)produção do espaço urbano e, para o capital imobiliário, a forma mais racional de auferir lucro. (COSTA, 2016, p.117).

Os novos arranjos no contexto social, político e econômico expressam contradições que surgem no âmbito espacial. As reproduções das desigualdades se manifestam de forma mais evidente. Nesse contexto, a concentração de riqueza e poder político, sendo fatores de vantagem na disputa pelo espaço urbano, encontra-se nas mãos da classe dominante, que controla as demais classes. Boulos (2016), classifica os interesses do setor privado relacionados

à dominação do espaço como um impedimento para a lógica social, igualitária e racional.

Nesse aspecto, a ocupação de terras é parte inerente deste cenário, pois a partir das exclusões resultantes do processo de escravidão, da imigração europeia, do êxodo rural e da crise de 1929 (a quebra da bolsa de valores em Nova York), entre outras transformações na sociedade, inexistia políticas públicas voltadas para a moradia. Portanto, o número de aglomerados nos arredores das cidades brasileiras cresceu, evidenciando as contradições e subjetividades, existentes no modo de produção capitalista, o que muitos pesquisadores chamam de “favelização”, referindo-se a localidades sem adequações estruturais para a moradia.

Desse modo, é possível afirmar que as condições histórico-estruturais [...] têm como base a expropriação dos produtores rurais e camponeses e sua transformação em assalariados, no contexto da acumulação primitiva e do surgimento dos grandes centros urbanos. (Silva, 2018, P.3)

Como importante teórico da contemporaneidade, que contribui para as discussões acerca das ocupações, Boulos (2016), pontua que ocupar é um direito do cidadão, especialmente quando o espaço geográfico não cumpre função social, de acordo com o que está previsto no Estatuto das Cidades. Ele ainda assinala que o sistema capitalista, na busca por lucro, transforma a moradia em mercadoria. O capitalista detém o controle do espaço urbano e utiliza métodos para dominar bairros de seu interesse por meio da especulação imobiliária, como é apresentado na pesquisa de Sarmiento e Cortizo (2016, p. 225)

As áreas habitadas pela classe dominante constituíram-se em uma concentração espacial de poder econômico e também de poder político, com capacidade de pressão para garantir a valorização da terra, seja através da criação de leis ou da localização dos investimentos públicos, sistema viário, equipamentos e serviços, produzindo espaços urbanos privilegiados e auto-segregados.

Contudo, a população empobrecida é excluída das áreas consideradas “valorizadas” pelos especuladores imobiliários, e, da mesma forma, enfrenta maiores dificuldades para acessar os serviços básicos, habitando em zonas periféricas sem estruturas adequadas para a dignidade humana, com o Estado atuando como conciliador. Sarmiento e Cortizo (2016) defendem uma maior participação popular para ampliar as políticas urbanas e assegurar que a classe trabalhadora tenha de fato os direitos básicos garantidos.

Maricato (1995) corrobora ponderando a importância das políticas públicas urbanas que

abrangem não apenas o uso do solo, mas também transporte, iluminação, saúde, lazer, saneamento, moradia, entre outros aspectos.

Negri (2008) complementa que, surge uma sociedade reprodutora do espaço urbano fragmentado, dividido entre ricos e pobres. Os donos dos meios de produção controlam a reprodução e acesso a cidade, compondo-se cúmplices o Estado e o mercado imobiliário, e excluindo a classe pauperizada dos lugares considerados privilegiados. Na Região Metropolitana de Aracaju, Santos (2018) afirma que os territórios distantes do centro, com infraestrutura mínima ou nenhuma, foram destinados à população pobre à força.

Em 1855, a capital sergipana afastou a população mais pobre através de um código de conduta coletiva e obras que censuravam a construção de casas de taipa e palha no centro da cidade. Isso coagiu tais pessoas a viverem nas bordas da cidade, em áreas de dunas, mangues e alagados. No presente, Aracaju é marcada por diferenças nítidas na habitação e nos privilégios espaciais Santos (2018).

“[...] foram expulsos das melhores áreas, jogados em regiões sem estrutura e distantes do local de trabalho. A partir daí começou a se definir de modo claro a separação da cidade dos ricos com a cidade dos pobres. De um lado, os bairros centrais, de outro a periferia.” (BOULOS, 2016, P.28).

Arelado a isso, o processo de introdução de tecnologias e intensificação da mecanização no processo produtivo, juntamente com ocupações e crescimento urbano desordenados, resultou em opressões e exclusões territoriais, afastando a população pobre e negra para loteamentos precários, sem infraestrutura adequada e com alta densidade populacional. A modernidade, fruto da revolução industrial, tornou as expressões da questão social mais visíveis diante das vulnerabilidades e violações de direitos. O Estado começou a intervir por meio da repressão à população pobre e periférica. Diante desse cenário, surgiram políticas sociais decorrentes da organização da classe trabalhadora, com um caráter mediador e estratégico.

É essencial compreender que o Direito à Cidade é uma bandeira que será conquistada a partir da luta coletiva e popular, e por políticas urbanas que atendam ao real interesse da classe trabalhadora, o que ocorrerá através da mobilização organizada e da participação da população. (PRÁXIS, 2019, p. 02).

A discussão acerca da (re)produção espacial e do direito à moradia desencadeia diversas

ramificações de compreensão dentro da perspectiva do Serviço Social. A intervenção dos (as) Assistentes Sociais na perspectiva histórico-crítica considera os aspectos contraditórios e dinâmicos da sociedade capitalista, compreendendo as transformações societárias resultantes da reprodução do trabalho e do espaço urbano.

#### A atuação do(a) Assistente Social

Colocam-se exigências profissionais de afirmação dos significados do trabalho do/a assistente social, subsumido seu saber teórico metodológico e técnico-operativo, para se legitimar ética e politicamente frente às manifestações da “questão social”, expressão sintética das contradições advindas da sociedade criada pelo capitalismo. (CFESS,2016, p.10).

CFESS (2016) aponta que o profissional de Serviço Social necessita estar inteirado das nuances da economia, política, sociedade e outras questões que se entrelaçam na realidade da população que depende das políticas públicas, sociais, projetos e programas oferecidos. Ele atua na modificação das estruturas problemáticas sem buscar a neutralidade, envolvendo a coletividade e incentivando a participação popular, com o objetivo de oferecer serviços de qualidade. Entende-se que em um contexto de privatizações dos serviços públicos, o trabalho do Serviço Social e seus instrumentos são relevantes para enfrentar as questões sociais, mas também representam desafios para os profissionais da área. Isso porque essas mudanças afetam diretamente dos programas e projetos. (CRESS, 2006).

No entanto, torna-se necessário criar outras estratégias e táticas para alcançar esses indivíduos que vivenciam condições de desumanização cotidianamente

A distribuição do espaço urbano possui uma variedade de elementos que nos permite compreender as múltiplas expressões da questão social, onde o criterioso conhecimento desses processos sociais pode contribuir em relevantes ações de assistentes sociais em prol das necessidades da classe trabalhadora. (Práxis, 2019, p.02).

A Ocupação do Centro Administrativo, localiza-se no bairro Capucho em Aracaju/ SE, na zona oeste da capital. Decorre na Avenida Conselheiro Carlos Alberto e Avenida Dr. Carlos Rodrigues da Cruz.

Boulos (2016) reflete que o problema da moradia reverbera no aprofundamento das desigualdades sociais e aponta quem mais é atingido pelas mazelas, sendo esses portadores de nomes e endereços que preenchem o pré-requisito de composição da categoria de

trabalhadores mais pobres.

De acordo com Moncau (2023), o Brasil possui 11 milhões de casas desocupadas e 6 milhões de pessoas sem moradia. A crise habitacional e o déficit habitacional afetam diretamente a Ocupação do Centro Administrativo, uma vez que não há 'residência formal', como previsto na Constituição. Nesse sentido, existem riscos sociais, e o loteamento é precário, sem qualquer infraestrutura.

O aprofundamento da prática capitalista cria seu próprio sistema de reprodução, influenciado por condições políticas, demográficas, culturais e sociais. Domingues (2007), destaca a falta de transparência e a omissão do Estado, que contribuem para a manutenção da negligência em relação a indivíduos subalternizados, resultando na violação de seus direitos.

Portanto, é evidente a importância das políticas sociais antirracistas para a população que se encontra afastada do centro urbano e é vítima da desigualdade espacial, especialmente no âmbito da infraestrutura social do Sistema Brasileiro de Proteção Social.

### **3 CONCLUSÃO**

O debate científico da comunidade acadêmica é indispensável salientar que, para sustentar o presente projeto de pesquisa, reside na importância que o tema possui para o Serviço Social, visto que Aracaju apresenta padrão urbano de determinadas localizações geográficas com condições estruturais de habitação precárias, resultante das expressões da questão social no desenvolvimento espacial, o que confirma a realidade complexa que reproduz a cidade.

Nesse sentido, cumpre evidenciar que o Assistente social está inserido “na divisão sociotécnica do trabalho” desempenhando um papel essencial na abordagem com usuários afetados diretamente pela ausência da moradia e déficit habitacional. (Santos, 2018).

A presente pesquisa está sendo desenvolvida com base na contribuição de Negri (2008) que apresenta a caracterização das desigualdades socioeconômicas e espaciais existentes no Brasil, resultante do sistema capitalista, possuindo uma lógica excludente, utópica e coerente com o Capital. Detendo da reprodução das problemáticas e aspectos que envolvem os ocupantes da Ocupação do Centro Administrativos, assim como as negligências do estado e as violações de direitos.

Nesse sentido, precisa-se compreender todo processo social, estrutural, habitacional do movimento social, executando “ações que visam o fortalecimento dos mesmos no processo de luta de classes, com vistas à emancipação.” (Freitas, 2017, P.90). Dispondo de posicionamento a favor da equidade e justiça social, assim como o exercício do serviço social sem discriminar e sem ser discriminado, (CFESS, 1993).<sup>1</sup>

A relevância social deste projeto de pesquisa reside no fim de em fomentar os estudos acerca da sociedade civil em razão de contribuir com a dignidade humana, justiça social, viabilização de direitos.

Pode-se afirmar que a pesquisa de cunho pensamento crítico contribuirá com as novas análises e visões do Serviço social com comunidade, colaborando com o fazer profissional da pesquisadora Assistente social na divisão social do trabalho face aos problemáticas sociais.

Assim como, contribuir para o avanço da ciência, possibilitando amplificar as discussões, seminários, pesquisas e entre outros avanços para centralizar e ampliar o debate da reprodução espacial no sistema capitalista, movimento social e o serviço social. Tal qual, responder e deixar explicitado a sociedade, indivíduos e grupos da comunidade os impactos da sistematização, combinação e ausência de planejamento do crescimento urbano desordenado e a importância da atuação do serviço social.

Portanto, a categoria profissional necessita compreender a notoriedade da discussão sobre a defesa da existência do planejamento urbano essencial para a viabilidade dos demais direitos.

## REFERÊNCIAS

11 milhões de casas vazias e 6 milhões de pessoas sem casa: o que explica a crise habitacional?. Brasil de fato, 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/07/17/o-brasil-tem-11-milhoes-de-domicilios-vaziose-6-milhoes-de-familias-sem-ter-onde-morar>>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

Acesso à educação no Brasil: os desafios da luta pela igualdade. OXFAM, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/acesso-a-educacao-no-brasil-os-desafios-da-luta-pelaigualdade/>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ASSIS, Eliane Santos. **A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social.** Tese (Doutorado em Serviço Social)– Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

BOULOS. **Por que Ocupamos?**. São Paulo: Scortecci Editora, 2016.

BRASIL, Lei 5788/90. Estatuto da Cidade. Presidente da República em 10 de julho de 2001.

CARVALHO, Silvia Cristina de Sousa. **Questão Social**: Uma análise sob a perspectiva racial. 16º ENPESS- Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018. 19p.

Cerca de 24 mil domicílios sergipanos são habitações precárias. Observatório de Sergipe, 2022. Disponível em: <<https://observatorio.se.gov.br/cerca-de-24-mil-domicilios-sergipanos-sao-habitacoes-precarias/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

CERCA DE 8% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA MORA EM FAVELAS, DIZ INSTITUTO LOCOMOTIVA. **CNN. BRASIL**, 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cerca-de-8-da-populacao-brasileira-mora-em-favelas-diz-instituto-locomotiva/>> Acessado em: 05 de setembro de 2022.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais na política urbana (subsídios para reflexão)**. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2016]. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-SubsidiosPoliticaUrbana-Site.pdf>> Acessado em 22 de Agosto de 2020

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993.

COSTA, Ademir Araújo da. A Reestruturação Produtiva e a (Re)Produção do espaço Verticalizado em Cidades do Rio Grande do Norte. **Revista Formação**, n.23, volume 1, 2016, p. 112 –132

CURY, Vânia Maria. **Marx, Engels e as cidades no capitalismo**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos histórico**, 2007. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt;>> Acessado em 20 de Agosto de 2021.

DOMINGUES, Petrônio; NUNES, Cláudia; ALVES, Edvaldo. **O “Cativo se acabou”:** **Experiências de Libertos em Sergipe no Pós-Abolição**. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10947/9609>>. Acesso em 19 de setembro de 2023.

Educação e mercado de trabalho. Blog do IBRE, 2022. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/educacao-e-mercado-detrabalho#:~:text=Outra%20evid%C3%Aancia%20da%20import%C3%A2ncia%20da,e%20com%20ensino%20fundamental%20incompleto.>>>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

FRANÇA, Danilo. Racialização Urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol.36, 107, p.1-5, novembro, 2020.

FREITAS, Tais Pereira de. Movimentos Sociais e Serviço Social: Debates Fundamentais. **Socied. em Deb.** (Pelotas), v. 23, n. 2, p. 76 - 96, jul./dez. 2017.

Gerhardt, TE; Silveira, DT. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4°. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

GIL. Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. Sexta edição. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; Carvalho, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

LOBATO. **Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro**. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/nQMPVrcwR3ZH3FgyBkbdsNS/#>>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

LOWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. França. CNRS. 1998

MACHADO, E; KYOSEN, R. **Política e Política Social**. São Paulo, 2014, 07p.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade desigualdade e violência**. São Paulo. Hucitec.1995

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORO, Maristela Dal; MARQUES, Morena Gomes. A relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Brasília. **Temporalis**, ano 11, n. 21, p.13-47, jan/jun.2011.

MPA- Prefeitura Municipal de Aracaju. **Mapografia Social do Município de Aracaju**. 2019.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises**. Coletâneas do Nosso Tempo, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011 (64p.)

PEREIRA, P; BRAVO, M. **Política Social e Democracia**. 4 ed. Cortez. 2008

POPULAÇÃO NEGRA CRESCE EM SERGIPE. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/05/22/populacao-declarada-negra-cresce-emsergipe-aponta-ibge.ghtml>>. Acessado em: 15 de setembro de 2022.

PRAXIS. **Serviço Social e Direito a Cidade**, Rio de Janeiro, n.102, p. 02, Março. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. **Mapografia Social do Município de Aracaju**.2019.

PRODAVOV,C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da pesquisa e do trabalho Acadêmico**. 2° ed. Rio Grande do Sul: Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo – ASPEUR, 2013. 277 p.

REFERENCIAS: BRASIL. Código de Ética profissional do/a Assistente Social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissional.

SANTANA, Esther. **Desigualdade Social no Brasil**. 2020. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/sociologia/desigualdade-social-no-brasil>> . Acessado em 15 de Agosto de 2022.

SANTOS, Luiz Carlos dos. **Atécnica do Questionário: conceituação, características, vantagens e limitações**. 2021.

SANTOS, Mário Jorge Silva. **A (Re) produção da segregação socioespacial na cidade de Aracaju(SE): Os Bairros Jardins e Santa Maria**. 2019. 11p. V Encontro Nacional e IV Fórum Estado, Capital, trabalho- As Ciências Humanas e a “miséria da razão”.Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

SANTOS, Mário Jorge Silva. **A (re)produção da segregação socioespacial na região metropolitana de Aracaju(SE): interfaces da ação do estado e do capital**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes; CORTIZO, María Del Carmen. **Espaço endesigualdade: Maria Inês Sugai**. Rev. katálysis, Florianópolis , v. 19, n. 2, p. 224-231, 2016.

SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Município de Aracaju. Tabela com bairros, renda e habitantes. 2019.

SERGIPE TEM A MAIOR DESIGUALDADE DE RENDA DO PAÍS, APONTA IBGE. 2020. Disponível em: <https://www.f5news.com.br/economia/sergipe-tem-a-maiordesigualdade-de-renda-do-pais-aponta-ibge.html> . Acessado em: 15 de setembro de 2022.

SILVA, Poliana Einsfeld da. **Trabalho de Assistentes Sociais Junto a Movimentos Sociais: Reflexões Acerca do Movimento Nacional da População de Rua de Porto Alegre**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.2018.

Subemprego, a única oportunidade áqueles sem oportunidades?. Uol, 2022. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/subemprego-unicaoportunidadeaqueles- sem-oportunidade.htm>> . Acesso em: 14 de outubro de 2023.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual**. Rio de Janeiro. Zahar. 2022.

TOMBERG, Yuri Oliveira, Mapeamento de periferização em potencial segundo a topografia de Herval, RS. Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ofm/2020/09/17/mapeamento-de-periferizacao-em-potencialsegundo-a-topografia-de-herval-rs/>>. Acesso em 10 de Janeiro de 2022.